

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório
dos auditores independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-159-2020

Ribeirão Preto SP, 29 de março de 2020.

À
Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico
Rio Claro SP

Atenção do Senhor **Dr. Luiz Wehmuth Neto**
Presidente

Prezado Senhor:

Estamos encaminhando as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Prisma Auditores e Consultores



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes****Sumário**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Cotistas e Administradores da
Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico
Itu SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 21 de fevereiro de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante		44.739.955	44.617.696	Circulante		27.838.378	24.939.633
Disponível		4.979.617	5.317.587	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	11.038.059	8.759.125
Realizável		39.760.338	39.300.109	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG		1.527.434	1.514.413
Aplicações financeiras	5	27.483.099	26.158.018	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		950.431	1.045.025
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		7.735.231	7.382.538	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		6.041.289	4.902.391
Aplicações livres		19.747.868	18.775.480	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		2.518.905	1.297.296
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	5.771.131	4.214.111	Débitos de operações de assistência à saúde		83.827	1.037.976
Contraprestações pecuniárias a receber		2.174.018	3.225.761	Receita antecipada de contraprestações		-	1.037.976
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		47.989	23.214	Operadoras de plano de assistência à saúde		83.827	-
Contraprestações de corresponsabilidade assumida		3.377.272	891.229	Débitos de ope. Assist. à saúde não relac. com o plano de saúde da operadora	12	363.232	864.431
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		171.852	73.907	Tributos e encargos sociais a recolher		6.465.127	4.904.871
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		788.433	3.239.817	Empréstimos e financiamentos a pagar	13	350.686	364.290
Créditos tributários e previdenciários		961.172	757.607	Débitos diversos	14	9.495.244	9.008.940
Bens e títulos a receber	7	4.591.089	4.883.016	Conta-corrente com cooperados		42.203	-
Despesas antecipadas		165.414	47.540	Não circulante		25.301.416	21.177.420
Não circulante		44.028.362	38.152.742	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		488.620	645.579
Realizável a longo prazo		4.279.424	2.513.063	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	11	488.620	645.579
Depósitos judiciais e fiscais	8	3.333.693	2.510.463	Provisões		23.600.054	18.889.940
Outros créditos		945.731	2.600	Provisão para contingências	15	23.600.054	18.889.940
Investimentos	9	4.342.531	4.039.661	Empréstimos e financiamentos a pagar	13	1.212.742	1.641.901
Outros investimentos		4.342.531	4.039.661	Patrimônio líquido		35.628.523	36.653.385
Imobilizado	10	35.216.948	31.350.306	Capital social		18.718.469	16.988.856
Imóveis de uso próprio		21.858.858	22.032.797	Reservas		16.104.464	16.930.806
Hospitalares		15.632.394	16.023.519	Fundo de reserva		11.218.396	11.134.148
Não hospitalares		6.226.464	6.009.278	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		3.133.047	3.180.400
Móveis de uso próprio		12.127.247	8.302.691	Fundo constituído		1.753.021	1.753.021
Hospitalares		9.079.267	6.108.276	Reserva para provisões técnicas		-	863.237
Não hospitalares		3.047.980	2.194.415	Sobras		805.590	2.733.723
Imobilizações em curso		430.206	453.148	Sobras à disposição da AGO		805.590	2.733.723
Outras imobilizações		800.637	561.670				
Intangível		189.459	249.712				
Total do ativo		88.768.317	82.770.438	Total do passivo e do patrimônio líquido		88.768.317	82.770.438

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	Nota	2019	2018
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		163.203.610	131.450.818
Receitas com operações de assistência à saúde		169.589.447	140.614.162
Contraprestações líquidas / prêmios retidos		169.589.447	140.614.162
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.385.837)	(9.163.344)
Eventos indenizáveis líquidos	18	(138.550.479)	(105.075.205)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados		(138.192.108)	(105.817.067)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(358.371)	741.862
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		24.653.131	26.375.613
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		205.493	54.859
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	20	10.558.480	14.825.486
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		3.890.584	5.831.896
Outros ingressos/ receitas operacionais		6.667.896	8.993.590
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(134.556)	(174.598)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(4.205.604)	(7.142.438)
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde		(4.483.257)	(7.771.291)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência a saúde		-	946.309
Provisão para perdas sobre crédito		277.653	(317.456)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	21	(13.039.870)	(15.101.124)
Resultado bruto		18.037.074	18.837.798
Dispêndios/ despesas de comercialização		(378.690)	(366.761)
Dispêndios/ despesas administrativas	22	(16.746.514)	(14.550.591)
Resultado financeiro líquido	23	(355.910)	308.585
Ingressos/ receitas financeiras		2.088.179	2.869.478
Dispêndios/ despesas financeiras		(2.444.089)	(2.560.893)
Resultado patrimonial		286.525	303.413
Ingressos/ receitas patrimoniais		325.084	311.968
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(38.559)	(8.555)
Sobra antes da tributação e das participações		842.485	4.532.444
IRPJ		-	(196.772)
CSLL		-	(80.695)
Participações sobre o resultado		-	(4.668)
Sobra líquida do exercício		842.485	4.250.309

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	2019	2018
Sobra líquida do exercício	842.485	4.250.309
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	842.485	4.250.309

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	Capital social	Fundo de reserva	RATES	Fundo constituído	Reservas Reserva para provisões técnicas	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	16.377.611	7.080.142	2.979.082	1.753.021	804.294	8.456.106	37.450.256
Deliberação da AGO de 3/2018							
Incorporação das sobras	-	3.601.975	-	-	-	(3.601.975)	-
Juros s/ capital próprio	1.598.084	-	-	-	-	-	1.598.084
Distribuição das sobras	-	-	-	-	-	(4.854.132)	(4.854.132)
Integralização de capital	21.451	-	-	-	-	-	21.451
Baixa do capital por desligamento	(1.008.290)	-	-	-	-	-	(1.008.290)
Realização da reserva de provisões técnicas	-	-	-	-	(804.293)	-	(804.293)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	4.250.309	4.250.309
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	201.318	-	-	(201.318)	-
Fundo de reserva	-	452.031	-	-	-	(452.031)	-
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	-	-	-	-	863.236	(863.236)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.988.856	11.134.148	3.180.400	1.753.021	863.237	2.733.723	36.653.385
Deliberação da AGO de 3/2019							
Juros s/ capital próprio	1.603.902	-	-	-	-	-	1.603.902
Distribuição das sobras	-	-	-	-	-	(2.733.723)	(2.733.723)
Integralização de capital	667.072	-	-	-	-	-	667.072
Baixa do capital por desligamento	(541.361)	-	-	-	-	-	(541.361)
Realização da reserva de provisões técnicas	-	-	-	-	(863.237)	-	(863.237)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	842.485	842.485
Realização do RATES	-	-	(89.478)	-	-	89.478	-
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	42.125	-	-	(42.125)	-
Fundo de reserva	-	84.248	-	-	-	(84.248)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.718.469	11.218.396	3.133.047	1.753.021	-	805.590	35.628.523

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

	2019	2018 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimentos de planos de saúde	188.008.016	172.229.516
(+) Resgate de aplicações financeiras	540.065	4.583.190
(+) Outros recebimentos operacionais	6.491.486	8.611.070
(-) Pagamentos a fornecedores/ prestadores de serviços de saúde	(119.547.179)	(104.221.255)
(-) Pagamentos de comissões	(378.690)	(366.760)
(-) Pagamentos de pessoal	(40.907.780)	(37.088.248)
(-) Pagamentos de pro labore	(1.181.846)	(924.688)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(6.897.026)	(5.722.170)
(-) Pagamentos de tributos	(5.081.175)	(4.364.480)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(414.339)	(1.584.471)
(-) Pagamentos de aluguel	(359.295)	(291.236)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(486.136)	(655.860)
(-) Aplicações financeiras	(535.000)	(4.772.400)
(-) Outros pagamentos operacionais	(11.505.795)	(11.175.583)
Caixa líquido das atividades operacionais	7.745.306	14.256.625
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado - hospitalar	-	13.000
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	86.740	-
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(5.223.685)	(2.941.582)
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(1.407.107)	(3.995.694)
(-) Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(138.947)	(809.389)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(118.117)	(84.318)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(6.801.116)	(7.817.983)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Integralização de capital em dinheiro	667.072	21.451
(+) Outros recebimentos das atividades de financiamento	1.992.776	1.126.675
(-) Pagamentos amortização de empréstimos e financiamentos/leasing	(442.763)	(441.538)
(-) Pagamento de participação nos resultados	(6.401)	(4.668)
(-) Devolução de capital	(541.361)	(1.008.290)
(-) Distribuição de sobras	(2.733.723)	(4.854.132)
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamento	(217.760)	(1.003.349)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(1.282.160)	(6.163.851)
Aumento das disponibilidades	(337.970)	274.791
Demonstração da variação do caixa:		
Caixa e bancos no fim do exercício	4.979.617	5.317.587
Caixa e bancos no início do exercício	5.317.587	5.042.796
Aumento das disponibilidades	(337.970)	274.791

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Rio Claro SP Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Rio Claro SP, que contava com 169 e 168 cooperados no final de 2019 e de 2018, respectivamente, tem por objeto a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de usuários de planos de saúde por si contratados, em nome dos seus cooperados, para a sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades profissionais.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 21 de fevereiro de 2020.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) disponível; ii) aplicações financeiras livres e vinculadas; iii) contraprestações a receber; iv) bens e títulos a receber; e v) investimentos.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) empréstimos e financiamentos; e iii) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Cooperativa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "PEPS – primeiro a entrar, primeiro a sair".

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “*pro rata temporis*” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. A partir de setembro de 2009, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão. A provisão teve seu início em 30 de setembro de 2009.

j5 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

I Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

5 Aplicações financeiras

Descrição	2019	2018
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		
Itaú Unimed RF	7.727.015	7.374.692
UBB ANS FI RF Saúde	8.216	7.846
	7.735.231	7.382.538
Aplicações Livres		
Sicredinvest Flex -CDI	10.103.892	9.583.560
D.S.A. - CDI Unicred	7.044.127	6.693.603
CDB - Real	953.773	906.687
Cambial FICFI	-	570.955
Pré LP RF	420.375	383.517
Person Kinea Chronos FICFI MM	176.256	162.571
CDB / FIC	378.323	353.119
FICFI INSTITUCIONAL RF	671.122	121.468
	19.747.868	18.775.480
	27.483.099	26.158.018

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2019	2018
Contraprestações pecuniárias a receber		
Plano individual - preço pré-estabelecido	1.188.550	2.548.771
Plano coletivo - preço pré-estabelecido	728.741	773.285
Plano coletivo - preço pós-estabelecido	703.258	603.471
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos (i)	(446.531)	(699.766)
	2.174.018	3.225.761
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido	47.989	23.214
	47.989	23.214
Contraprestações de corresponsabilidade assumida		
Contraprestações de corresponsabilidade assumida	3.377.272	891.229
	3.377.272	891.229
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		
Outros créditos de operações de assistência médico-hospitalar	194.195	136.967
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos (i)	(22.343)	(63.060)
	171.852	73.907
	5.771.131	4.214.111

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Bens e títulos a receber

Descrição	2019	2018
Estoques	3.656.053	3.958.679
Títulos a receber	1.034.421	1.179.905
Adiantamento a empregados	10.016	10.372
Adiantamento a fornecedores	178.034	53.588
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(287.435)	(319.528)
	4.591.089	4.883.016

8 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2019	2018
Tributários (i)	1.226.876	1.190.016
ISSQN (ii)	1.286.801	622.965
Taxa de Saúde Suplementar TSS (iii)	539.114	386.566
Eventos e sinistros	75.129	144.715
Ações trabalhistas	878	35.034
Ações Cíveis	135.176	131.167
Ressarcimento aso SUS	69.719	-
	3.333.693	2.510.463

Os depósitos judiciais estão sendo atualizados pela Selic, exceto os depósitos trabalhistas que são atualizados pela JAM.

- (i) Os depósitos foram realizados durante a vigência da Lei Compl. 84/96 (de junho de 1996 a novembro de 1999), correspondente a contestação da exigência do encargo previdenciário sobre os repasses de produção aos cooperados, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário. O saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15.
- (ii) Corresponde ao recolhimento por depósitos judiciais sobre a diferença do ISSQN (Imposto sobre serviço) oferecido pela base reduzida e ao ISSQN devido que foi apurado pela prefeitura por meio de auto de infração referente aos exercícios de 2012, 2013 e 2014. O Saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15.
- (iii) Correspondem a Taxa de Saúde Suplementar referente ao período de julho de 2016 até dezembro de 2019 que estão em processo judicial no qual se encontra provisionado no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário.

9 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2019	2018
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	1.799.928	1.711.594
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	805.573	805.573
Central Nacional Unimed	245.412	163.902
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.384.763	1.306.875
Crediguaçu	38.136	35.980
SICREDI União PR/SP	68.719	15.737
	4.342.531	4.039.661

b Movimentação dos investimentos

Descrição	1º/1/2018	Adições	31/12/2018	Juros s/ capital incorporado	Adições	31/12/2019
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	902.817	808.777	1.711.594	-	88.334	1.799.928
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	705.573	100.000	805.573	-	-	805.573
Central Nacional Unimed	148.731	15.171	163.902	81.510	-	245.412
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.227.933	78.942	1.306.875	-	77.888	1.384.763
Crediguaçu	33.796	2.184	35.980	2.156	-	38.136
SICREDI União PR/SP	5.973	9.764	15.737	-	52.982	68.719
	3.024.823	1.014.838	4.039.661	83.666	219.204	4.342.531

10 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação			2019	2018
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.598.820	-	3.598.820	3.598.820
Edificações	De 2,50% a 4%	26.434.872	(8.174.834)	18.260.038	18.433.977
Instalações	10%	343.205	(214.501)	128.704	21.707
Máquinas e equipamentos	De 4% a 33,33%	19.502.371	(9.933.826)	9.568.545	6.445.550
Computadores e periféricos	De 10% a 20%	2.580.786	(1.791.768)	789.018	518.492
Móveis e utensílios	De 10% a 25%	4.369.279	(2.980.212)	1.389.067	1.164.929
Veículos	De 20% a 25%	916.384	(664.471)	251.913	152.013
Outras imobilizações	De 4% a 20%	1.679.702	(879.065)	800.637	561.670
Imobilizações em curso	-	430.206	-	430.206	453.148
		59.855.625	(24.638.677)	35.216.948	31.350.306

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2019, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2018	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2018	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2019
Terrenos	1.397.495	2.201.325	-	-	3.598.820	-	-	-	3.598.820
Edificações	24.155.428	844.004	-	908.331	25.907.763	320.000	-	207.109	26.434.872
Instalações	217.953	16.003	-	-	233.956	115.273	(6.024)	-	343.205
Máquinas e equipamentos	11.390.012	1.567.713	(16.609)	2.451.179	15.392.295	4.090.426	(192.784)	212.434	19.502.371
Computadores e periféricos	2.219.725	230.136	(66.969)	32.388	2.415.280	447.162	(317.864)	36.208	2.580.786
Móveis e utensílios	3.524.484	370.057	(16.683)	124.134	4.001.992	191.156	(138.857)	314.988	4.369.279
Veículos	729.808	92.323	(25.900)	-	796.231	172.957	(52.804)	-	916.384
Outras imobilizações	1.204.505	-	-	144.993	1.349.498	27.896	-	302.308	1.679.702
Imobilizações em curso	2.161.776	1.958.464	(6.067)	(3.661.025)	453.148	1.050.345	(240)	(1.073.047)	430.206
	47.001.186	7.280.025	(132.228)	-	54.148.983	6.415.215	(708.573)	-	59.855.625

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2018	Adição	Baixa	31/12/2018	Adição	Baixa	31/12/2019
Edificações	(6.829.324)	(644.462)	-	(7.473.786)	(701.048)	-	(8.174.834)
Instalações	(208.541)	(3.708)	-	(212.249)	(8.276)	6.024	(214.501)
Máquinas e equipamentos	(8.136.886)	(823.668)	13.809	(8.946.745)	(1.138.042)	150.961	(9.933.826)
Computadores e periféricos	(1.803.433)	(159.941)	66.586	(1.896.788)	(203.810)	308.830	(1.791.768)
Móveis e utensílios	(2.620.082)	(228.778)	11.797	(2.837.063)	(271.914)	128.765	(2.980.212)
Veículos	(639.690)	(29.942)	25.414	(644.218)	(73.057)	52.804	(664.471)
Outras imobilizações	(743.924)	(43.904)	-	(787.828)	(91.237)	-	(879.065)
	(20.981.880)	(1.934.403)	117.606	(22.798.677)	(2.487.384)	647.384	(24.638.677)

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (i)						
Plano individual	1.527.434	-	1.527.434	1.514.413	-	1.514.413
	1.527.434	-	1.527.434	1.514.413	-	1.514.413
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)						
Ressarcimento ao SUS - GRU	313.169	-	313.169	303.233	-	303.233
Ressarcimento ao SUS - parcelamento	156.958	488.620	645.578	196.146	645.579	841.725
Ressarcimento ao SUS - (%hc x ABI)	480.304	-	480.304	545.646	-	545.646
	950.431	488.620	1.439.051	1.045.025	645.579	1.690.604
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)						
Rede credenciada	2.614.682	-	2.614.682	1.821.685	-	1.821.685
Cooperados	3.304.729	-	3.304.729	2.527.972	-	2.527.972
Intercâmbio	121.878	-	121.878	552.734	-	552.734
	6.041.289	-	6.041.289	4.902.391	-	4.902.391
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)						
PEONA	2.518.905	-	2.518.905	1.297.296	-	1.297.296
	2.518.905	-	2.518.905	1.297.296	-	1.297.296
	11.038.059	488.620	11.526.679	8.759.125	645.579	9.404.704

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. Além das aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$ 7.735.231 (conforme nota explicativa nº 5) a Cooperativa possui um imóvel vinculado no valor de R\$ 1.281.051 de um imóvel que passou a ser restrito a ANS a partir de 12 de agosto de 2014 e o valor de R\$ 144.272 referente a eventos/sinistros e ressarcimento ao SUS depositados em juízo, conforme nota explicativa nº8. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 69.719, conforme nota explicativa nº 8.
- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2009 com base na RN e a partir de setembro de 2009, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com a aprovação da ANS.

12 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2019	2018
IRRF	2.780.538	2.425.133
ISS	1.411.914	664.075
Contribuições previdenciárias	1.035.100	965.517
FGTS	554.677	227.357
COFINS a recolher	345.298	328.819
PIS a recolher	59.269	53.412
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	209.103	161.272
IRPJ	41.648	44.244
CSLL	23.122	24.386
ICMS a recolher	-	5.204
Outros impostos	4.458	5.452
	6.465.127	4.904.871

13 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2019			2018		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	dez/24	576.785	1.448.965	2.025.750	600.752	2.035.473	2.636.225
(-) Juros a apropriar		(226.099)	(236.223)	(462.322)	(236.462)	(393.572)	(630.034)
		350.686	1.212.742	1.563.428	364.290	1.641.901	2.006.191

Os financiamentos referem-se a imobilizações. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades.

As garantias são alienações de Imóveis e equipamentos e aval dos diretores.

14 Débitos diversos

Descrição	2019	2018
Obrigações com pessoal		
Provisão de férias e encargos	3.415.168	3.213.116
Rescisões a pagar	278.755	4.878
	3.693.923	3.217.994
Fornecedores		
Fornecedores de materiais e serviços (i)	3.950.118	4.344.089
	3.950.118	4.344.089
Depósitos de beneficiários		
Plano de saúde	216.808	112.628
Hospital	99.149	83.610
	315.957	196.238
Outros débitos a pagar		
Adiantamento de clientes	292.915	185.949
Mercadorias em consignação	882.375	800.542
Outros débitos a pagar	359.956	264.128
	1.535.246	1.250.619
	9.495.244	9.008.940

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares e farmacêuticos, que estão disponibilizados tanto no hospital quanto na farmácia da Cooperativa. Não há contas a pagar vencidas.

15 Provisão para contingências

Descrição	2019	2018
Contingências tributárias (i)	16.992.551	14.251.237
Contingências cíveis	6.576.503	4.638.703
Contingências trabalhistas	31.000	-
	23.600.054	18.889.940

(i) A provisão para contingências tributárias está assim representada, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Descrição	2019	2018
INSS (a)	1.790.508	1.292.476
ISS (b)	13.156.969	11.042.052
IRRF (c)	1.566.917	1.566.917
Taxa de Saúde Suplementar (d)	478.157	349.792
	16.992.551	14.251.237

- (a) O valor refere-se ao INSS sobre a Produção médica do período de maio de 1996 a dezembro de 1998, que na ocasião foram feitos depósitos judiciais que representam o montante atualizado de R\$ 1.226.876, conforme nota explicativa nº 8. Em 2019 não houve alteração no status do processo, permanecendo o mesmo com exigibilidade suspensa, aguarda-se a transformação dos saldos remanescentes das contas judiciais em pagamento definitivo para satisfazer o crédito integral em favor da União Federal.
- (b) Provisão referente à diferença do ISSQN (Imposto sobre serviço) oferecido pela base reduzida e ao ISSQN devido que foi exigido pela Prefeitura do Município de Rio Claro por meio dos autos de inflações nº 503/2018, 504/2018, 505/2018, 508/2018; 509/2018 e 593/2018 o qual a autuação foi baseada na base de cálculo regulamentada pela Lei nº 3.784 a partir de 1º de novembro de 2.007, uma vez que a base de cálculo não foi homologada e até 31 de outubro de 2.007 o código tributário municipal determinava como base de cálculo desse tributo o preço do serviço, deduzido dos valores recebidos de terceiros e repassados a seus cooperados, e credenciados para a prestação dos serviços de hospitais, clínicas, laboratórios, médicos, odontológicos e demais profissionais da saúde legalmente estabelecidos. Conservadoramente, a Administração da Cooperativa optou por provisionar a diferença do imposto não oferecido nos últimos anos não prescritos corrigidos com juros e multa nesse montante. Há depósitos judiciais efetuados com relação a essa discussão no montante de R\$ 1.286.801 conforme nota explicativa nº 8.

Em período subsequente a Administração da Cooperativa efetuou acordo junto à Prefeitura Municipal de Rio Claro para pagamento à vista referente aos débitos autuados relativos ao período de outubro de 2013 a dezembro de 2016.

- (c) Refere-se a compensação não homologada pela Receita Federal do Brasil do imposto de renda retido nas faturas de pré pagamento compensado como absorção do saldo credor do IRRF dos cooperados pessoa física, o qual não foi informado na declaração do imposto de renda na fonte (DIRF) dos tomadores de serviços, ou declarada com o código 1708 e não 3280, não dando direito ao crédito. A assessoria jurídica caracteriza a ação possível, entretanto conservadoramente a Administração da Cooperativa optou por provisionar o valor compensado
- (d) Refere-se à taxa de saúde suplementar correspondente ao período de julho de 2016 a dezembro de 2019, cuja exigibilidade legal, está sendo questionada judicialmente. Há depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 539.114, conforme nota explicativa nº 8.

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

16 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações fiscais (junto à ANS), cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 2.810.475 (R\$ 1.568.069 em 2018), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2019 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível, conforme demonstrado abaixo:

Classificação	Quantidade de ações	Valores envolvidos
Cível	15	1.657.000
Fiscal	8	955.475
Trabalhista	3	198.000
	26	2.810.475

Tais ações, devido a natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão, considerando que a probabilidade de perdas é possível, mas não provável.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobras no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício, deduzida do resultado com terceiros, terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. A Administração da Cooperativa optou por não fazer a realização do RATES no exercício de 2019 e fazer no exercício de 2018. De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Em 2018 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 805.590 conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Sobra líquida do exercício	842.485	4.250.309
Realização do RATES	89.478	-
Constituição de reservas estatutárias:		
RATES	(42.125)	(201.318)
Fundo de reserva	(84.248)	(452.031)
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	-	(863.237)
Sobras à disposição da AGO	805.590	2.733.723

Por decisão do Conselho de Administração e "Ad-referendum da AGO", o resultado das operações com terceiros não foi levado à conta da RATES, conforme determinação do Estatuto e legislação aplicável.

18 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2019	2018
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Rede própria	(55.235.546)	(41.033.670)
Consulta médica	(29.521.380)	(22.694.838)
Internações	(28.641.479)	(21.235.692)
Exames	(19.098.946)	(16.080.470)
Terapias	(4.880.344)	(3.400.932)
Outros atendimentos ambulatoriais	(1.294.739)	(826.497)
Outros eventos/sinistros hospitalares	480.326	(544.968)
	(138.192.108)	(105.817.067)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(358.371)	741.862
	(138.550.479)	(105.075.205)

19 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede própria	2.668.436	1.253.271	415.979	9.800.380	111.071	967.562	15.216.699
Rede contratada	898.987	1.439.662	315.439	4.211.820	173.597	45.061	7.084.566
Reembolsos	6.343	4.905	1.087	41.907	897	1.810	56.949
Intercâmbio eventual	5.183	117.646	115.930	614.802	149.032	142	1.002.735
Total geral	3.578.949	2.815.484	848.435	14.668.909	434.597	1.014.575	23.360.949

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2019 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

20 Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2019	2018
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		
Intercâmbio eventual	293.483	2.881.420
Atendimento particulares	2.381.617	1.618.736
Atendimento a outros convênios	1.215.484	1.331.740
	3.890.584	5.831.896
Outras receitas operacionais		
Receita de venda líquida da farmácia comercial	5.500.480	7.832.543
Auxílio funeral	863.889	768.175
Receitas de aluguel	128.722	94.992
Outras receitas operacionais	174.805	297.880
	6.667.896	8.993.590
	10.558.480	14.825.486

21 Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2019	2018
Despesa com operação de assistência a saúde		
Custo de ociosidade	(1.264.177)	-
Custo dos atendimentos particulares	(2.196.235)	(2.763.831)
Custo dos atendimentos a outros convênios	(948.389)	(783.844)
Custo do intercâmbio eventual	(335.367)	(639.842)
Glosas acatadas	(147.596)	(259.958)
	(4.891.764)	(4.447.475)
Outras despesas operacionais		
Custos e despesas da farmácia comercial	(4.988.356)	(7.726.912)
Programa saúde/seguro do cooperado	(1.501.132)	(1.335.736)
Seguro para usuários	(778.153)	(741.696)
Auxílio funeral	(515.809)	(507.371)
Outras despesas operacionais	(364.656)	(341.934)
	(8.148.106)	(10.653.649)
	(13.039.870)	(15.101.124)

22 Dispêndios/ despesas administrativas

	2019	2018
Pessoal	(11.369.726)	(10.044.900)
Serviços de terceiros	(2.066.659)	(1.808.323)
Localização e funcionamento	(1.220.107)	(933.032)
Publicidade e propaganda	(1.122.303)	(825.791)
Tributos	(209.848)	(235.530)
Diversas	(757.871)	(703.015)
	<u>(16.746.514)</u>	<u>(14.550.591)</u>

23 Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.549.012	1.624.150
Juros por recebidos em atraso	441.240	569.464
Atualização monetária	78.130	81.084
Outras receitas financeiras	19.797	594.780
	<u>2.088.179</u>	<u>2.869.478</u>
Dispêndios financeiros		
Juros sobre capital próprio	(2.023.590)	(1.880.099)
Ressarcimento ao SUS	(102.526)	(185.587)
Atualização das contingências	(32.546)	(14.143)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(170.280)	(227.045)
Taxa de administração com cartão de crédito	(99.014)	(131.628)
Juros e multa de despesas assistenciais	-	(2.425)
Outros	(16.133)	(119.966)
	<u>(2.444.089)</u>	<u>(2.560.893)</u>
	<u>(355.910)</u>	<u>308.585</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes do lucro real anual para o imposto de renda e contribuição social.

	2019	2018
Sobras antes dos tributos	<u>842.485</u>	<u>4.532.444</u>
Adição/ exclusões	3.044.699	4.932.896
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(5.898.677)	(8.568.729)
Base de cálculo	<u>(2.011.493)</u>	<u>896.611</u>
Imposto de renda - 15%	-	134.491
Adicional do imposto de renda - 10%	-	67.661
PAT	-	(5.380)
Imposto de renda	<u>-</u>	<u>196.772</u>
Contribuição social - 9%	<u>-</u>	<u>80.695</u>

25 Informações sobre operações de corresponsabilidade em atendimento médico-hospitalar

Nos exercícios de 2019 e 2018 a Cooperativa realizou operações de corresponsabilidade em atendimento médico-hospitalar e a demonstração dos valores relacionados a essas operações está detalhada abaixo, em consonância com a Resolução Normativa RN 446 de 1º de novembro de 2019:

a Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência médico-hospitalar (grupo 31171)

	Preço pré-estabelecido		Preço pós-estabelecido	
	2019	2018	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos individuais/familiares antes da lei	-	-	405.617	529.053
1.2 - Planos individuais/familiares depois da lei	-	-	583.369	1.316.818
1.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	-	68.913	271.529
1.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	-	-	604.114	811.578
1.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	383	8.061
1.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	4.588.409	3.514.269	1.723.699	1.979.539
	4.588.409	3.514.269	3.386.095	4.916.578
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.1 - Planos individuais/familiares antes da lei	-	-	-	-
2.2 - Planos individuais/familiares depois da lei	-	-	-	-
2.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	-	-	-
2.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	-	-	311	-
2.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	738	-
2.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	-	-	722	-
	-	-	1.771	-
	4.588.409	3.514.269	3.387.866	4.916.578

b Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico hospitalar (grupo 411X1)

	Carteira própria		Corresponsabilidade assumida	
	2019	2018	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	8.541.007	8.245.774	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	23.416.602	19.415.780	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	6.199.792	5.283.195	-	-
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	14.013.758	11.362.569	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	825.312	973.812	2.333.489	2.698.721
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	54.578.006	44.352.152	-	-
	107.574.477	89.633.282	2.333.489	2.698.721
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	22.290	7.451	-	-
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	193.270	199.155	-	-
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	1.755.427	1.608.323	-	-
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	352.056	291.051	25.961.099	11.379.085
	2.323.043	2.105.980	25.961.099	11.379.085
	109.897.520	91.739.262	28.294.588	14.077.806

26 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de 3 anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de apenas 4 membros e para Conselho Fiscal o mandato é de um ano sendo permitida a reeleição de apenas 2 de seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018.

27.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2019	2018
Disponível		4.979.617	5.317.587
Aplicações financeiras	5	27.483.099	26.158.018
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	5.771.131	4.214.111
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		788.433	3.239.817
Bens e títulos a receber	7	4.591.089	4.883.016
Investimentos	9	4.342.531	4.039.661
		<u>47.955.900</u>	<u>47.852.210</u>

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

27.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possui, aproximadamente, 40% (33% em 2018) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

27.4 Recursos próprios mínimos

a Patrimônio mínimo ajustado (PMA)

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 da ANS e representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.789.792, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator “K” vigente em dezembro de 2019 corresponde a 2,92%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$256.662(R\$ 248.294 em 2018) e, conseqüentemente, o patrimônio líquido da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido. A seguir, estão demonstradas as adições e deduções consideradas pela Administração para cálculo do Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos:

Descrição	2019	2018
Patrimônio líquido	35.628.523	36.653.385
Deduções:		
Despesas antecipadas	(165.414)	(47.540)
Ativo não circulante permanente intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteira de plano de assistência à saúde e com programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001, de 30 de dezembro de 2008, da DIOPE/DIPRO.	(189.459)	(249.712)
	(354.873)	(297.252)
Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos	35.273.650	36.356.133

b Margem de solvência

A margem de solvência determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Este critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido;
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Abaixo o cálculo da Margem de Solvência da Cooperativa conforme determina a normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 31 de dezembro:

	2019	2018
Contraprestações líquidas (soma dos últimos 12 meses)		
Preço pré-estabelecido (100%)	136.963.791	123.403.101
Preço pós-estabelecido (50%)	12.257.213	8.610.530
	149.221.004	132.013.631
(x) 0,20	29.844.201	26.402.726
Eventos indenizáveis líquidos (soma dos últimos 36 meses)		
Preço pré-estabelecido (100%)	296.790.605	273.266.924
Preço pós-estabelecido (50%)	18.082.006	9.219.987
	314.872.611	282.486.911
Média anual dos últimos 36 meses	104.957.537	94.162.304
(x) 0,33	34.635.987	31.073.560
Margem de solvência	34.635.987	31.073.560
% da proporcionalidade exigida até 31 de dezembro (*)	77,90%	70,52%
Margem de solvência exigida	26.981.434	21.913.075

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos é suficiente para atender a margem de solvência exigida.

(*) Até dez/2012, poderiam observar parcela mínima da margem de solvência de 35%; entre janeiro de 2013 e novembro de 2014, deveriam aumentar mensalmente a parcela em 0,25%; em dezembro de 2014, esta deveria ser de 41% do valor calculado nos termos do art. 6º da RN 209/2009. Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022, a parcela deveria ser aumentada mensalmente em 0,615% e, a partir de dez/2022, deveria ser calculada nos termos do art. 6º da RN 209/2009.

28 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

- Em 2019

	2019		
	Ato Cooperado	Ato não cooperado	Total
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	154.378.241	8.825.369	163.203.610
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	160.764.078	8.825.369	169.589.447
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(6.385.837)	-	(6.385.837)
Eventos indenizáveis líquidos	(125.878.367)	(12.672.112)	(138.550.479)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados	(125.537.589)	(12.654.519)	(138.192.108)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(340.778)	(17.593)	(358.371)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	28.499.874	(3.846.743)	24.653.131
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	205.244	249	205.493
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	3.590.381	6.968.099	10.558.480
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	3.590.381	300.203	3.890.584
Outros ingressos/receitas operacionais	-	6.667.896	6.667.896
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	(134.556)	(134.556)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(2.010.742)	(2.194.862)	(4.205.604)
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(2.275.101)	(2.208.156)	(4.483.257)
Provisão para perdas sobre crédito	264.359	13.294	277.653
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(7.109.964)	(5.929.906)	(13.039.870)
Resultado bruto	23.174.793	(5.137.719)	18.037.074
Dispêndios/ despesas de comercialização	(359.612)	(19.078)	(378.690)
Dispêndios/ despesas administrativas	(15.469.396)	(1.277.118)	(16.746.514)
Resultado financeiro líquido	(1.700.727)	1.344.817	(355.910)
Ingressos/ receitas financeiras	421.982	1.666.197	2.088.179
Dispêndios/ despesas financeiras	(2.122.709)	(321.380)	(2.444.089)
Resultado patrimonial	253.619	32.906	286.525
Ingressos/ receitas patrimoniais	253.619	71.465	325.084
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(38.559)	(38.559)
Sobra líquida do exercício	5.898.677	(5.056.192)	842.485

- Em 2018

	2018		
	Ato cooperado	Ato Não cooperado	Total
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	124.917.126	6.533.692	131.450.818
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	134.080.470	6.533.692	140.614.162
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(9.163.344)	-	(9.163.344)
Eventos indenizáveis líquidos	(97.108.898)	(7.966.307)	(105.075.205)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados	(97.817.323)	(7.999.744)	(105.817.067)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	708.425	33.437	741.862
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	27.808.228	(1.432.615)	26.375.613
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	54.637	221	54.858
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	5.558.816	9.266.670	14.825.486
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	5.558.816	273.080	5.831.896
Outros ingressos/receitas operacionais	-	8.993.590	8.993.590
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	(174.598)	(174.598)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(3.248.630)	(3.893.808)	(7.142.438)
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(3.889.551)	(3.881.741)	(7.771.292)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência a saúde	946.309	-	946.309
Provisão para perdas sobre crédito	(305.389)	(12.068)	(317.457)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(6.563.355)	(8.537.769)	(15.101.124)
Resultado bruto	23.609.695	(4.771.899)	18.837.796
Dispêndios/ despesas de comercialização	(349.617)	(17.143)	(366.760)
Dispêndios/ despesas administrativas	(13.559.897)	(990.694)	(14.550.591)
Resultado financeiro líquido	(1.441.406)	1.749.991	308.585
Ingressos/ receitas financeiras	529.951	2.339.527	2.869.478
Dispêndios/ despesas financeiras	(1.971.357)	(589.536)	(2.560.893)
Resultado patrimonial	311.968	(8.555)	303.413
Ingressos/ receitas patrimoniais	311.968	-	311.968
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(8.555)	(8.555)
Sobra antes da tributação e das participações	8.570.744	(4.038.301)	4.532.443
IRPJ	-	(196.772)	(196.772)
CSLL	-	(80.695)	(80.695)
Participações sobre o resultado	(2.015)	(2.653)	(4.668)
Sobra líquida do exercício	8.568.729	(4.318.420)	4.250.309

29 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2019	2018
Resultado antes dos impostos e participações	842.485	4.532.444
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	2.549.621	1.971.018
Resultado na alienação de bens	61.189	14.622
Provisão para perdas sobre créditos	(277.653)	184.890
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	983.077	(225.142)
Constituição de provisões para ações judiciais	4.710.114	9.447.448
Realização das provisões técnicas	(863.237)	(804.293)
Juros s/ capital incorporado ao capital dos investimentos	(83.666)	-
	7.921.930	15.120.987
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações financeiras	(1.325.081)	(645.528)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.279.367)	(1.163.019)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	2.451.384	157.858
Créditos tributários e previdenciários	(203.565)	(249.314)
Bens e títulos a receber	291.927	(653.259)
Despesas antecipadas	(117.874)	246.691
Depósitos judiciais	(823.230)	(794.766)
Outros créditos a receber não circulante	(943.131)	146.660
	(1.948.937)	(2.954.677)
Aumento (diminuição) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	1.138.898	670.814
Débitos de operações de assistência à saúde	(954.149)	102.719
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(501.199)	(675.151)
Tributos e encargos sociais a recolher	1.560.256	838.658
Débitos diversos	486.304	1.435.410
Conta corrente de cooperados	42.203	-
	1.772.313	2.372.450
Caixa gerado nas operações	7.745.306	14.538.760
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(277.467)
Participações sobre o lucro	-	(4.668)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	7.745.306	14.256.625
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	7.745.306	14.256.625

O fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparação, foi reapresentado do método indireto para o método direto em atendimento ao RN 435/2018. A reapresentação não alterou o resultado das atividades operacionais

30 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.